



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO - TRT 18ª Região

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO ACERVO DOCUMENTAL

TÍTULO	Reclamação Trabalhista
CAIXA NÚMERO	CC-0054
ORIGEM	1ª Junta de Conciliação e Julgamento
NÚMERO	1010
ANO	1990
DATA	6 de junho de 1990
DIMENSÕES	134 fls.
JUIZ DO TRABALHO	Ana Márcia Braga
JUIZ CLASSISTA EMPREGADORES	José Milton de Oliveira
JUIZ CLASSISTA EMPREGADOS	Aloísio Silva de Aguiar
OBJETOS	Reajuste salarial e sua incidência sobre todas as verbas de natureza contratual-salarial, parcelas vencidas e vincendas com integração, honorários advocatícios e declaração da inconstitucionalidade dos arts. 5º, 6º e 7º da Lei 7730/1980.
DECISÃO	Procedente em parte
NÍVEL	PROCESSO
PRODUTOR	TRT 10ª Região
RECLAMANTE	Sindicato dos Oficiais Alfaiates Costureiras Trab. nas Ind. Roupas Est. GO
RECLAMADO	Deullus Confecções Ltda
RESUMO	O Sindicato/Reclamante pleiteou a condenação da reclamada ao pagamento, aos seus empregados, de reajuste salarial e sua incidência sobre todas as verbas de natureza contratual-salarial, parcelas vencidas e vincendas com integração e honorários advocatícios. Solicitou, ainda, a declaração da inconstitucionalidade dos arts. 5º, 6º e 7º da Lei 7730/1980. O Colegiado da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia decidiu, em sentença, por unanimidade de votos, acolher parcialmente os pedidos, rejeitar a preliminar arguida e condenar a reclamada ao pagamento de reajuste salarial com incidências, parcelas vencidas e vincendas e honorários advocatícios, nos termos da fundamentação de fls. 75/76.
2ª INSTÂNCIA	Recurso Ordinário da Reclamada
RELATOR	Alberto Mendes Rodrigues de Souza
REVISOR	José Antônio Simão
DECISÃO	O Egrégio Tribunal da 18ª Região, por unanimidade de votos, conheceu

	do recurso e, por maioria, afastou a preliminar de ilegitimidade ativa <i>ad causam</i> do sindicato recorrido para atuar como substituto processual da categoria. Ainda, por maioria, acolheu a preliminar suscitada de ofício pela juíza Ialva-Luza Guimarães de Mello e julgou o Sindicato-recorrido legitimado para agir como substituto processual apenas em relação aos associados arrolados nos autos e não de toda categoria profissional. No mérito, por maioria, deu parcial provimento ao recurso, para manter a condenação ao pagamento do reajuste salarial e seus reflexos, contudo limitando o pagamento da URP de fevereiro/89 à data-base da categoria.
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PROCESSO	PÉSSIMO
RESPONSÁVEL	Aurélia Cristina Baião Melo